

O ensino de história: o papel desempenhado pelos livros didáticos no século XIX

Eduardo Arriada*

Resumo: O trabalho apresenta informações sobre os livros didáticos de história do Brasil utilizados no século XIX no Brasil. A partir de informações contidas nos programas de ensino, e com auxílio da literatura especializada, foi possível identificar diversos autores usados na escola brasileira. Num segundo momento, como se “oficializou” o ensino de história do Brasil no corrente século, onde os manuais desempenharam um papel fundamental na construção de uma “idéia de Brasil”.

Abstract: The study presents information on the history textbooks used in the XIX century in Brazil. It was possible to identify different authors who were used in the Brazilian school from information contained in the teaching programs, and with the aid of specialized literature. In a second moment, the teaching Brazilian history was “official” during the century, where the manuals have presented a fundamental part in the construction of a “idea of Brazil”.

Introdução

A centralidade deste artigo é procurar caracterizar como se “oficializou” o ensino de história do Brasil no século XIX, e o papel desempenhado pelos Compêndios na construção de uma “idéia de Brasil”.

Entre os compêndios estudados, estão àqueles indicados como aprovados pelos Conselhos de Instrução Pública, bem como aqueles que de uma maneira ou outra tiveram uma boa aceitação, levando a obra a ser diversas vezes editada.

Desse modo, os compêndios analisados foram: *História do Brasil* (1839) de Solano Constancio; *Compêndio da história do Brasil* (1843) de José Inácio de Abreu e Lima; *Lições de história do Brasil* (1884) de Joaquim Manuel de Macedo; *Episódios da História Pátria* (1887) de J. C. Fernandes Pinheiro; *Curso de História Universal (com Resumo da História do Brasil)*, (1889) de Joaquim Maria de Lacerda; *Lições de História do Brasil* (1895) de Luis de Queirós Mattoso Maia.

* Professor da FAE/UFPEL. Doutorando em Educação pela PUC/RS, sob a orientação da Prof. Doutora, Maria Helena Camara Bastos.

O Ensino de história

No Brasil, a estruturação da história como disciplina escolar ocorre nos movimentos e processos de organização do discurso laicizante sobre a história universal, herança do antigo discurso iluminista francês.

Dentro desse contexto e imbuído das novas idéias racionalistas em voga na Europa que passam a valorizar o ensino, a Lei de 1827, art. 6º estabelecia, que os professores ensinaram a ler, escrever e contar, preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

As propostas vigentes no ensino não distinguiram as idéias morais e religiosas das histórias políticas dos Estados, nem dos costumes dos povos. Durante o império prevaleceu a presença do ensino religioso no currículo escolar das escolas de primeiras letras e no nível secundário, visando dar legitimidade à aliança estabelecida entre o Estado e a Igreja.

Os idealizadores do Colégio Pedro II assumiam publicamente a influência francesa, Bernardo Pereira de Vasconcelos em discurso inaugural, relata: “foi preciso buscar no estrangeiro a experiência que nos faltava; a atração irresistível que então exerciam sobre nós as idéias, as instituições e os costumes franceses, impôs-nos o modelo francês” (HAIDAR, 1972, p. 99).

O primeiro professor encarregado da cadeira de História no Colégio Pedro II foi o publicista Justiniano José da Rocha, que na sessão de 08 de fevereiro de 1840 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual era sócio, expôs:

Que tendo sido nomeado pelo Governo, afim de leccionar um curso de Historia Patria no Imperial Collegio de Pedro 2º, achava-se, todavia, bastante embaraçado para preencher de uma maneira satisfactoria a nobre tarefa que lhe fôra encarregada, em razão de não existir ainda um bom Compendio de Historia do Brasil, por onde se pudesse orientar o que o obrigava a entregar-se ao arduo e penoso trabalho de folhear diversos autores, extractando delles, com nimia dificuldade, o que lhe parecia mais veridico, a fim de preparar as suas lições [...] (RIHG, 1840, p. 147).

Pelo plano de estudos de 1841, proposto pelo Reitor Joaquim Caetano da Silva, somente no 7º ano do curso é que seria lecionada a História Pátria, como coroamento de toda a História Universal.

Desse modo, a história que era ensinada e estudada nada mais era que a história universal, ou melhor, a história das nações européias. A História do Brasil nascia como um apêndice dessa história maior, tal como está constituída no livro de Joaquim Maria de Lacer-

da. Ao ocupar os anos finais do curso, acabava relegada a um número ínfimo de aulas e de alunos.

Os vários programas de estudos do Colégio Pedro II¹, nos permitem perceber algumas mudanças que ocorrem com a disciplina de história. A história do Brasil foi introduzida separadamente da história universal depois do Regulamento de 1855 e, logo após, foram desenvolvidos programas para as escolas elementares.

Os reformadores, ou melhor, os inovadores de 1854, no dizer de Almeida (1989, p. 85): “quiseram que a criança, se não pudesse estudar a história universal, não permanecesse ignorante das lições de História”.

O Decreto de 24 de janeiro de 1856 fixou os programas e indicou os compêndios a serem adotados nos cursos de estudos do Colégio de Pedro II. Adaptou o Conselho – informava o Inspetor Geral Euzébio de Queiroz (Relatório de 1855, p. 19) – às novas circunstâncias, os últimos programas publicados para os liceus nacionais da França, fazendo-lhes as modificações e alterações que exigiam a organização diferente dos estabelecimentos públicos de instrução secundária desse país e do Colégio de Pedro II, e a falta de livros apropriados para a diferença das matérias indicadas nos mesmos programas.

Na falta de obras nacionais, esclarece Haidar (1972, p.116), adotaram-se para o estudo das ciências físicas e naturais, da história e geografia e da filosofia, compêndios franceses. Os programas extensíssimos e pretensiosos reproduziam, praticamente na íntegra, o plano dos livros adotados. Assim, por exemplo, no 4º ano do curso especial, ao lado do curso de história e geografia do Brasil baseado na História do Brasil de Abreu e Lima e no Compêndio de Geografia de Pompeo, deveriam os alunos cumprir a Segunda parte de um vastíssimo programa de História Moderna, utilizando o Manuel du Baccalaureat e o Atlas de Delamarche adotados nos Liceus de Paris.

Continuava existindo, contudo, “a questão da dificuldade da adoção de um compêndio de História do Brasil, obstáculo ao bom ensino da disciplina” [...]. Em sessão do Instituto Histórico, de dois de maio de 1856, foi lido um ofício do Diretor do Conselho de Instrução Pública da Corte, Eusébio de Queirós, de 26 de dezembro de 1855, pedindo que a instituição “se digne de guiar o mesmo Conselho na escolha de um compêndio de História do Brasil, que deve ser seguido nas escolas” (VIANA, 1972, p.13).

¹ Sobre os programas do Colégio Pedro II, consultar: VECHIA, Ariclê & LORENZ, Karl Michael. Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951. Curitiba: Editora do Autor, 1998.

O Uso dos Compêndios

Um dos compêndios utilizado no Imperial Colégio Pedro II será o polêmico texto de Abreu e Lima. Mais conhecido como “General das Massas”, lutou ao lado de Bolívar nas lutas pela independência. Seu livro revela certa simpatia pela monarquia. Como sua narrativa comete alguns equívocos, estes não serão perdoados por Varnhagen. Enviada a obra ao IHGB, ficou a cargo de Varnhagen dar um parecer. Depois de analisar corretamente as falsidades, os erros e enganos e de provar exaustivamente a semelhança do Compêndio com a História de Beauchamp, plagiário conhecido de Southey, Varnhagen conclui, que o livro devia ser considerado, para a instrução secundária, menos recomendável que o de Bellegarde.

Apesar da crítica severa e profunda do “pai” da história do Brasil, o livro de Abreu e Lima traz algumas novidades, particularmente a respeito dos movimentos emancipatórios como os de 1817 e 1824. Ao descrever a atuação de Cochrane e Grenfeld no Maranhão, narra o trágico fim de 254 insurretos no porão de um navio, pondo por terra a visão oficial de uma história harmoniosa.

Sua obra foi relegada e esquecida nos anos seguintes, cabe lembrar que sua história resgata alguns episódios polêmicos da nossa formação, inclusive sua simpatia por movimentos rebeldes, o que não é o caso de Varnhagen.

O compêndio de Abreu e Lima (1843) busca facilitar “a profícua instrução que a mocidade deve colher sobre a história pátria, abreviando um pouco a leitura, tornando o livro mais manual [...]”. Cabe salientar que a presente obra é ornada com vários retratos, ao lado de D. Pedro I e II, Bonifácio, Colombo, Cabral, encontra-se os retratos de Felipe Camarão e Henrique Dias.

A maior parte dos programas de História do Brasil seguia o mesmo modelo adotado pela História Sagrada, apenas substituindo as narrativas baseadas na vida dos santos, pelas dos grandes heróis nacionais. A ordem dos acontecimentos era narrada pela sucessão de governantes e pelas lutas contra os povos estrangeiros, culminando geralmente nos “grandes fatos” de nossa história, tal como: o descobrimento, as lutas contra os invasores holandeses, as capitânicas hereditárias, o governo geral, a independência, e a “formação do estado nacional” no segundo império.

Os métodos de ensino-aprendizagem utilizados nas aulas de história, eram na maior parte baseados na memorização e repetição dos conteúdos estudados nos textos escritos. Os

materiais didáticos eram poucos e escassos, valendo-se, mormente da fala dos professores e dos poucos compêndios adotados.

Outro dos compêndios analisado, *História do Brasil* de Solano Constancio. Para elaboração de sua história, declara que se valeu principalmente da excelente obra de Southey. Abre o texto com uma introdução geográfica, contendo informações sobre o clima, fósseis, reino mineral, população, etc. Depois sua história desenvolve-se até a abdicação de Pedro I, esses acontecimentos vão sendo arrolados em ordem cronológica.

Trata-se na interpretação de Mota (2000), do início de uma tradição historiográfica que merece referência e atenção. Uma maneira inovadora de entender-se o Brasil e se interpretar a sua história na perspectiva da descolonização, articulando uma nova periodização em que se enfatiza o processo de independência e a expulsão do imperador, contrapondo-se à visão bragantina e reacionária de Varnhagen.

Contudo, somente a partir da década de cinquenta com a sistematização do ensino de história do Brasil nos cursos secundários é que florescerá no país a produção e circulação de compêndios dessa disciplina.

Nesse período temos o estabelecimento no Brasil das principais casas editoriais, em primeiro plano a Garnier: [...] “a mais importante dessas firmas foi, inquestionavelmente, a Garnier Frères, que funcionou no Brasil de 1844 a 1934” (HALLEWELL, 1985, p.127).

Afora a Garnier, outras editoras atuavam no mercado brasileiro, saliente-se a Leuzinger, a Lombaerts, a Plancher, todas importantes sem dúvida, mas nenhuma com o peso da Garnier e de sua futura concorrente a Laemmert. Esta última nasceu em 1827, tendo suas origens na agência conjunta aberta por Bossange e Aillaud.

Naquela época, como ainda hoje, as traduções constituíam parte considerável do catálogo de uma editora brasileira. Garnier interessou-se principalmente por traduções de sua própria língua. Tendo em vista a importância da ciência e da cultura francesas na época, era inevitável que Laemmert também produzisse uma proporção significativa de obras traduzidas do francês.

Embora Garnier tenha sido o principal editor brasileiro de livros escolares até o aparecimento da Francisco Alves, Laemmert publicou também alguns livros didáticos, como por exemplo, a 2ª e as posteriores edições da Geometria de Cristiano Benedito Otoni, um dos livros didáticos mais vendidos na época.

Uma das questões fundamentais presente na maior parte desses compêndios editados, residirá na questão da periodização. Essa tarefa na maior parte dos compêndios aqui analisados foi inglória, ou melhor, insatisfatória. A história do Brasil de Solano Constancio tem desde o primeiro capítulo, do descobrimento do Brasil até a abdicação de D. Pedro I, um desfile de datas, por ordem cronológica sem o menor critério.

Em seu compêndio, Abreu e Lima se não avança muito, ao menos, possui um critério. Nos oito capítulos adota uma seleção dos fatos determinados por eventos políticos e/ou administrativos.

Essa dificuldade foi resolvida de maneira mais fácil por Macedo, este adotou a periodização elaborada por Varnhagen. Dividiu sua obra em trinta e nove lições.

Tal como os textos de história sagrada, cabe realçar, que na elaboração da nossa história, é o poder atemporal e predestinado de certos personagens, verdadeiros heróis, que de fato nessa visão são os construtores da nossa nacionalidade.

De maneira semelhante, Lacerda (1899), separa a nossa história em sete períodos. Em ambas o critério adotado são os grandes acontecimentos políticos, destacando-se a atuação dos governantes e suas guerras de dominação. Matoso Maia, por sua vez, divide o tema em 39 lições, não fugindo muito do mesmo modelo.

Apesar do parecer da Inspeção da Instrução Pública de Pernambuco de 1881, que “pela leitura e confrontação com outros compêndios da mesma matéria, considera a referida obra como o melhor Compêndio de História do Brasil até hoje publicado [...] que seja aprovado para uso dos estabelecimentos da instrução secundária da Província” (MAIA, Prefácio, 1895, p.3). A crítica de Abreu (1976, p.131), é arrasadora:

Até onde a temos lido, a História do Brasil do Dr. Matoso Maia não é má. Se não apresenta investigações novas, se não põe os fatos de modo original, é certo que leva vantagem a muitos compêndios do Imperial Colégio [...]. Entretanto, aproveitável como é, o livro tem dois grandes defeitos. O primeiro é não mostrar estudo das fontes. Que um professor de história universal as não conheça, é desculpável, é mesmo justo: mas um professor de história particular – professor que rege a cadeira há anos, história que pouco mais abraça que três séculos – não nos parece que tenha a mesma desculpa.

Denuncia ao seu modo uma história eivada de erros, incorreções e equívocos.

Em que pese a importância de todos esses compêndios, foi a obra de Macedo, que se tornou paradigmática como modelo oficial da “boa” história pátria.

No ano de 1860 o Conselho de Instrução Pública aprovava o Compêndio composto por Macedo, para o uso dos alunos do imperial Colégio de Pedro II onde é professor da referida matéria.

Nossos melhores livros de História do Brasil, na interpretação de Almeida (1989, p.163): [...] “para a instrução primária são os de Estácio de Sá Menezes e de Lacerda [...]. Para o ensino secundário temos as Lições de História do Brasil do Dr. Joaquim Manuel de Macedo, obra adotada pelo Conselho Superior de Instrução Pública, além da história de Mattoso Maia”.

Em poucos anos, o prestigioso romancista, também estava consagrado como autor de obras didáticas. Os seus livros didáticos durante muitos anos seriam editados, adentrando inclusive o período republicano, como é o caso de “*Lições de História do Brasil para instrução primária*”, que no início do século XX é complementada por Olavo Bilac e a partir de 1914 até 1922 passa pela revisão e atualização de Rocha Pombo.

Conclusões

No Brasil Império, onde a centralização político-administrativa era a norma, onde os “bons homens” continuavam dominando e mantendo o regime escravocrata, onde era necessário e vital a manutenção desse “status quo”, mais do que nunca tornava-se necessário “ordenar, civilizar e instruir”. Nessa tarefa os compêndios didáticos de história e o ensino da mesma deviam exercer um papel significativo.

As obras de Macedo, assim como a Varnhagen marcaram de forma tão forte a nossa história que levam Abreu (1954, p.130), a dizer: “Estou resolvido a escrever a História do Brasil [...]. Parece-me que poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por Macedo no Colégio de Pedro II, ainda hoje são a base de nosso ensino”.

Em que pese às críticas e contribuições de Capistrano de Abreu para a elaboração de uma outra história, uma história social e econômica do povo, sua vida e alimentação, seus tipos étnicos, as condições geográficas, o povoamento, os caminhos, as feiras, os escravos, seu comportamento e papel, a educação, os divertimentos, os costumes, as profissões, a posição da mulher, a vida urbana e rural. Não era a gente de ficção que andava em suas páginas, mas a gente real e concreta, que vivera e trabalhara. Ele dava, assim, carne e sangue à sua história e, como historiador, achava mais bela a verdade que a novela (RODRIGUES, 1954, p. XLIX).

Seu contemporâneo José Veríssimo (1985, p.112), concordava com essa realidade, o ensino de nossa história era péssimo, os compêndios eram “indigestos e mal escritos”, é uma “enfadonha e estúpida” lista de governadores, reis e de capitães.

Essa crítica ao ensino de História do Brasil, ocorre num momento em que como disciplina passa a desempenhar o papel de formadora da cidadania e da moral cívica. Está superada a fase de uma história ligada ao sagrado, impõe-se agora uma história laica onde cabe valorizar o “nacional”. Os diversos compêndios analisados destacam-se pelo tom apologético da história pátria. A valorização das coisas nossas, associado a um cientificismo de cunho positivista tornam a nossa história “a compreensão dos grandes fatos históricos, suas causas, resultados, relações, é mais importante do que a decoração material de algumas páginas do compêndio; exigirá que os alunos procurem libertar-se da repetição servil das palavras do livro” (VERÍSSIMO, 1985, p. 114).

Desse modo decretava-se o fim do domínio absoluto do velho professor “os compêndios”, abrindo-se uma nova era de debates e discussões. Para quem sabe atingir o sonho de Capistrano de Abreu (1954, p. 266), e não sermos obrigados a ensinar “alunos ignorantes e desatentos”.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Capistrano de. *Ensaaios e estudos*. Quarta Série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- _____. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: INL, 1954.
- ABREU E LIMA, J.I. de. *Compendio da historia do Brasil*. Rio de Janeiro: E&H Laemmert, 1843.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: Educ; Brasília: Inep. 1989.
- CONSTANCIO, F. Solano. *Historia do Brasil desde o seu descobrimento por Pedro Alvares Cabral até a abdicação do imperador D. Pedro I*. Paris, Livraria Portuguesa de J.P. Aillaud, 1839.
- Haidar, Maria de Lourdes M. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo, Grijalbo, 1972.
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: T.A. Queiroz e Eudsp, 1985.
- LACERDA, Joaquim Maria de. *Curso de História Universal (com Resumo da História do Brasil)*. 3ª edição, Rio de Janeiro, B.L. Garnier, 1889.
- MACEDO, Joaquim Manoel de. *Lições de história do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro I*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1884.

- MAIA, Matoso. *Lições de Historia do Brazil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves & C., 1895.
- MOTA, Carlos Guilherme. Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- PINHEIRO, J.C. Fernandes. *Episodios da Historia Pátria contados à infância*. 11ª edição. Rio de Janeiro: B.L.Garnier, 1887.
- RELATÓRIO do estado da Instrução Primária e Secundária no Município da Côrte durante o ano de 1855. 4ª Sessão da 9ª Legislatura, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, 1856.
- REVISTA Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. 32ª sessão em 8.02.1840 Tomo II, 1º trimestre de 1840, n. 5.
- VERISSIMO, José. *A Educação Nacional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- VIANNA, Helio. *História do Brasil*. Volume I. São Paulo, Melhoramentos, 1972.